



Demonstrações Financeiras 2023



MERECIANA RAMOS DE SOUZA
Técnica de Combate a Perdas

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 09.095.183/0001-40

Resultados 2023

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.188,6	1.139,5	+ 4,3	4.529,2	4.370,2	+ 3,6
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	291,0	245,3	+ 18,6	1.078,1	951,9	+ 13,3
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.479,6	1.384,8	+ 6,8	5.607,3	5.322,1	+ 5,4
4 Fornecimento não faturado	32,2	31,6	+ 1,9	30,3	(3,9)	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.511,8	1.416,4	+ 6,7	5.637,6	5.318,1	+ 6,0

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. A Companhia encerrou o trimestre com 1.814.476 unidades consumidoras cativas, número 2,4% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, e com 273 consumidores livres.

3.3. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas totais apresentando um aumento de 0,05 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	
8,18	8,20	8,22	3,66	3,66	3,78	11,84	11,87	12,00	12,30

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
0,59	1,08	-0,49

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa "Desenrola Brasil" que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 2,4 MM na PPECLD no trimestre.

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
98,10	97,90	0,20

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A companhia manteve a tendência de melhoria contínua, alcançou o melhor resultado da série histórica para o DEC. Em dezembro de 2023 o DEC foi de 10,05 horas, redução de 0,51 horas em relação a 2022 (redução de 4,8%) e o FEC manteve-se no menor patamar histórico de 3,8 vezes, ambos se mantem abaixo do limite regulatório.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var. (%)	dez/23	dez/22	Var. (%)		
10,05	10,56	-4,8	3,80	3,80	-	14,10	7,96

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Anel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	124,4	120,0	+ 3,7	500,7	446,0	+ 12,3
2.1 PMSO	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
	72,8	58,4	+ 24,6	258,9	214,4	+ 20,8

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 547,2 milhões no 4T23, aumento de 26,8% (R\$ 115,7 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	401,3	312,8	+ 28,3	1.401,9	1.192,6	+ 17,6
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	324,0	249,1	+ 30,1	1.122,2	962,6	+ 16,6
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	77,3	63,7	+ 21,4	279,7	230,1	+ 21,6
2 Custos e despesas controláveis	102,4	91,8	+ 11,6	376,6	337,2	+ 11,7
2.1 PMSO	94,5	86,2	+ 9,7	349,7	297,1	+ 17,7
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	41,9	41,8	+ 0,1	144,8	120,2	+ 20,5
2.1.3 Material	7,5	6,0	+ 24,2	29,7	25,7	+ 15,8
2.1.4 Serviços de terceiros	37,0	32,3	+ 14,5	151,7	131,4	+ 15,4
2.1.5 Outras	8,2	6,1	+ 35,3	23,5	19,8	+ 18,5
> Penalidades contratuais e regulatórias	0,4	0,2	+ 148,9	2,1	1,0	+ 107,1
> Outros	7,8	5,9	+ 32,0	21,4	18,8	+ 13,8
2.2 Provisões/Reversões	7,9	5,6	+ 41,3	26,9	40,0	- 32,9
2.2.1 Contingências	5,2	1,7	+ 199,3	8,2	4,1	+ 100,7
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	2,7	3,9	-29,8	18,7	36,0	-48,0
3 Demais receitas/despesas	43,4	26,9	+ 61,6	138,5	102,0	+ 35,9
3.1 Amortização e depreciação	31,5	24,6	+ 28,2	117,1	94,7	+ 23,7
3.2 Outras receitas/despesas	11,9	2,3	+ 419,1	21,4	7,3	+ 194,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	547,2	431,4	+ 26,8	1.917,0	1.631,8	+ 17,5
Custo de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	99,5	65,5	+ 51,8	332,8	278,3	+ 19,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/custo de construção de infraestrutura)	646,6	497,0	+ 30,1	2.249,8	1.910,1	+ 17,8

(1) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICP 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

> Pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 41,9 milhões, praticamente em linha com o mesmo período do ano passado.

> Material

No trimestre, as despesas com materiais atingiram R\$ 7,5 milhões, acréscimo de 24,2% (R\$ 0,7 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

(i) + R\$ 0,4 milhão nas despesas com materiais técnicos, segurança e logística, sendo R\$ 0,1 milhão para atendimento à Resolução ANEEL 1.000.

> Serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 37,0 milhões, acréscimo de 24,2% (R\$ 4,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

(i) + R\$ 1,6 milhão com serviços de manutenção e despesas com proteção a receita e atendimento ao cliente;

(ii) + R\$ 1,1 milhão com maiores despesas de facilities e honorários advocatícios;

(iii) + R\$ 0,9 milhão nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão, manutenção em linhas e equipamentos;

(iv) + R\$ 0,5 milhão com maiores despesas de consultoria.

> Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 8,2 milhões, aumento de 35,3% (R\$ 2,1 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

(i) - R\$ 1,7 milhão com maiores despesas com patrocínios e doações.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

PPECLD de R\$ 18,7 milhões, redução de R\$ 17,3 milhões no ano.

5. LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 131,2 milhões, aumento de 21,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 122,0 milhões, R\$ 28,0 milhões (+ 29,8%) acima do registrado no 4T22.

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(=) Lucro líquido do período	131,2	108,2	+ 21,3	437,8	355,0	+ 23,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	9,3	14,3	- 35,1	(5,0)	36,9	- 23,1
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	122,0	93,9	+ 29,8	400,9	307,0	+ 30,6

O EBITDA totalizou R\$ 187,1 milhões no trimestre, aumento de 15,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 173,1 milhões, R\$ 28,5 milhões (+ 19,7%) maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(=) EBITDA	187,1	161,4	+ 15,9	695,7	581,3	+ 19,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	14,0	16,8	- 16,6	(2,8)	55,8	- 1,2
(=) EBITDA ajustado recorrente	173,1	144,6	+ 19,7	639,8	524,8	+ 21,9

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em dezembro, totalizou R\$ 63,4 milhões, frente ao montante negativo de R\$ 97,1 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montantes negativos de R\$ 281,5 milhões em dezembro, contra R\$ 317,4 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 1.289,5 milhões, contra R\$ 1.329,3 milhões em setembro de 2023 e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado foi reduzido para 1,7x.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição	31/12/2023		30/09/2023		30/06/2023	
	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %
Circulante	463,8		407,6		413,6	
Empréstimos e financiamentos	251,4		191,4		189,1	
Debêntures	214,5		209,5		211,0	
Encargos de dívidas	8,7		6,1		7,9	
Benefícios pós-emprego	0,6		1,3		1,3	
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(11,4)		(0,7)		4,2	

João Pessoa, 12 de março de 2024 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba", "EPB" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e exercício de 2023. As informações financeiras trimestrais intermediárias a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(1) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(2) Não considera pequenas áreas onde a Cia atende apenas alguns clientes e não o município como um todo, como é o caso de Orobó - PE e Pedras de Fogo - PB.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Varição
Subestações - nº	73	73	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.614	1.589	25
Linhas de transmissão - km	2.454	2.422	32
Redes de distribuição - km	83.318	81.906	1.412
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	72.585	71.095	1.490
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	2.224	2.144	80

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resumo-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Resultados - R\$ milhões			Resultados - R\$ milhões		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	802,2	633,8	+ 26,6	2.828,3	2.396,7	+ 18,0
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	702,8	568,3	+ 23,7	2.495,5	2.118,3	+ 17,8
Margem bruta	301,5	255,5	+ 18,0	1.093,6	925,7	+ 18,1
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	287,4	238,7	+ 20,4	1.037,7	869,2	+ 19,4
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	173,1	144,6	+ 19,7	639,8	524,8	+ 21,9
Resultado financeiro	(13,6)	(19,4)	- 29,7	(74,5)	(73,1)	+ 1,9
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	122,0	93,9	+ 29,8	400,9	307,0	+ 30,6

Indicadores operacionais						
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Número de consumidores cativos (mil)	1.814,5	1.772,0	+ 2,4	1.814,5	1.772,0	+ 2,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	1.188,6	1.139,5	+ 4,3	4.529,2	4.370,2	+ 3,6
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.479,6	1.384,8	+ 6,8	5.607,3	5.322,1	+ 5,4

Indicadores Relativo						
	2023	2022	Var. %	2023	2022	Var. %
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	21,6	22,8	- 1,2 p.p.	22,6	21,9	+ 0,7 p.p.

Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	2023	2022	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo total	4.020,1	3.295,6	+ 22,0	4.020,1	3.295,6	+ 22,0

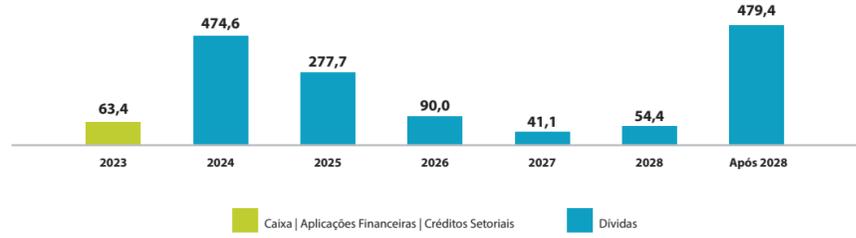
Descrição	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Valores em R\$ milhões			
Não Circulante	889,0	824,7	871,1
Empréstimos e financiamentos	394,8	464,3	413,3
Debêntures	547,9	393,2	507,9
Benefícios pós-emprego	3,7	14,7	12,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(57,3)	(47,6)	(62,2)
Total das dívidas	1.352,8	1.232,2	1.284,6
(-) Disponibilidades financeiras	344,9	220,3	333,4
> Caixa e equivalentes de caixa	77,2	63,8	89,2
> Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	267,7	156,5	244,2
Total das dívidas líquidas	1.008,0	1.011,9	951,2
(-) Créditos CDE	42,0	38,3	37,1
(-) Créditos CVA (1)	(323,5)	(355,8)	(207,9)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.289,5	1.329,3	1.122,0
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA ajustado 12 meses (2)	1,7	1,8	1,6

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão (R\$ milhões)



7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	90,0	58,3	+ 54,4	337,1	309,9	+ 8,8
Obrigações Especiais (*)	3,4	7,2	- 52,6	20,5	19,6	+ 4,6
Ativo não Elétrico	11,9	11,0	+ 8,5	34,7	27,9	+ 24,6
Total dos Investimentos	105,3	76,4	+ 37,8	392,3	357,4	+ 9,8

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. GESTÃO DE PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

A Energisa Paraíba conta com um total de 2.721 colaboradores, divididos entre 2.249 empregados diretos e 472 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade de seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Paraíba destinou cerca de R\$ 2,5 milhões para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética
O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 9,8 milhões no ano de 2023.

Iniciativas ambientais
A Energisa Paraíba, apoiada por uma sólida Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, compromete-se com a convivência harmônica e responsável com o meio ambiente ao redor de suas operações. A empresa se destaca pelo uso racional dos recursos naturais e pela busca contínua de melhorias no seu desempenho ambiental. Para tanto, dispõe de uma equipe dedicada à gestão ambiental e ao licenciamento de empreendimentos, fundamentando suas práticas no sistema de gestão ambiental alinhado à norma ISO 14001.

A Energisa Paraíba também se dedica à implementação de técnicas e critérios de sustentabilidade em suas instalações, incluindo a construção e manutenção de empreendimentos com atributos sustentáveis, como é o caso das sedes em Campina Grande, Patos, Sousa e Guarabira.

Em 2023, as iniciativas ambientais da empresa abrangeram diversas áreas, como: Mobilidade Elétrica: A introdução de novos veículos elétricos em João Pessoa a partir de 2021, somando-se à unidade já existente, destacando o controle operacional avançado por meio da telemetria, visando a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Emissões Atmosféricas: Participação no inventário de emissões de gases de efeito estufa do Grupo Energisa, cobrindo os escopos 1, 2 e 3, com a Energisa Paraíba sendo uma das empresas do grupo a obter a Certificação diretamente.

Biodiversidade: Na construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações, são elaborados Relatórios Ambientais Simplificados (RAS), estudos de arqueologia preventiva (quando necessário, sob supervisão do IPHAN), além de Estudos de Viabilidade Ambiental (EVA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e inspeções ambientais. Medidas são adotadas nas subestações para prevenir o contato acidental de animais.

Água e Efluentes: O Projeto de Reforma Civil em Subestações visa a construção de bacias de contenção para óleos isolantes e sistemas separadores de água e óleo, mitigando áreas contaminadas por possíveis vazamentos.

Resíduos: A Companhia segue procedimentos rigorosos para o manuseio, transporte e destinação final de resíduos, promovendo o reconhecimento e a regeneração de óleos isolantes, bem como a recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização de materiais e a prevenção da poluição ambiental.

Além disso, a Energisa Paraíba se esforça para contratar fornecedores com práticas ambientais comprovadamente responsáveis, educando parceiros e clientes sobre as boas práticas ambientais adotadas pela empresa. A companhia também trabalha junto ao poder público para promover a compatibilidade entre obras e arborização, além de treinamentos sobre procedimentos adequados para a poda de árvores e o uso de redes protegidas e isoladas.

10. DIVIDENDOS SUBSEQUENTES

10.1. Aprovação de dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$ 84,8 milhões, equivalentes a R\$80,95123870513 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

A Administração.

Balanco Social Anual – 2023

(Em milhares de reais)

	2023			2022		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			2.828.324			2.801.201
Resultado operacional (RO)			503.995			540.555
Folha de pagamento bruta (FPB)			123.094			118.246
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	25.911	21,05%	0,92%	22.069	20,29%	0,92%
Encargos sociais compulsórios	16.794	13,64%	0,59%	13.580	12,48%	0,57%
Previdência privada	3.129	2,54%	0,11%	8.679	7,98%	0,36%
Saúde	8.533	6,93%	0,30%	6.667	6,13%	0,28%
Segurança e saúde no trabalho	2.349	1,91%	0,08%	5.798	5,33%	0,24%
Educação	172	0,14%	0,01%	124	0,11%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	843	0,68%	0,03%	853	0,78%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	938	0,76%	0,03%	332	0,31%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	15.315	12,44%	0,54%	20.669	19,00%	0,86%
Outros	6.720	5,46%	0,24%	3.969	3,65%	0,17%
Total - Indicadores sociais internos	80.704	65,55%	2,85%	82.740	76,06%	3,46%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	310	0,06%	0,01%	272	0,07%	0,01%
Cultura	1.217	0,24%	0,04%	868	0,21%	0,04%
Esporte	-	0,00%	0,00%	270	0,07%	0,01%
Outros	965	0,19%	0,03%	187	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	2.492	0,49%	0,08%	1.597	0,40%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.271.272	252,24%	44,95%	1.048.026	253,48%	43,73%
Total - Indicadores sociais externos	1.273.764	252,73%	45,03%	1.049.623	253,88%	43,80%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	61.935	12,29%	2,19%	70.789	17,12%	2,95%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.354	1,26%	0,22%	5.182	1,25%	0,22%
Total dos investimentos em meio ambiente	68.289	13,55%	2,41%	75.971	18,37%	3,17%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.249			2.008		
Nº de admissões durante o período	159			195		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	472			488		
Nº de estagiários(as)	55			60		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	318			326		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	334			299		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,80%			22,37%		

	2023			2022		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.168		1.033			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	35,71%		32,90%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	115		102			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	57,13			57,13		
Número total de acidentes de trabalho	9			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 439.900	no Procon 913	na Justiça 2.668	na empresa 439.900	no Procon 886	na Justiça 3.801
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 40%	na empresa 98,7%	no Procon 100%	na Justiça 45%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023:	2.049.270	Em 2022:	1.913.621		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		63% governo 6% colaboradores(as) 13% acionistas 10% terceiros 8% retido		66% governo 5% colaboradores(as) 15% acionistas 11% terceiros 4% retido		
7 - Outras informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	8.226			8.141		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	373			3.484		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	10.199			11.625		

Balanco Patrimonial

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5,1	77.152	45.256
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado	5,2	267.703	203.328
Consumidores e concessionárias	6	389.394	333.192
Estoques		10.546	9.984
Tributos a Recuperar	7	256.298	197.805
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	32.435	4.310
Despesas antecipadas		8.649	5.514
Outros créditos	10	124.251	117.617
Total do circulante		1.166.428	917.006
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	81.676	68.270
Tributos a recuperar	7	188.066	243.590
Cauções e depósitos vinculados	23	47.883	40.710
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	59.259	54.023
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	1.505.830	1.141.491
Outros créditos	10	2.415	2.415
		1.885.129	1.550.499
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	131.726	107.399
Investimentos		202	161
Imobilizado	15	31.833	17.396
Intangível	16	804.790	703.127
Total do não circulante		2.853.680	2.378.582
Total do ativo		4.020.108	3.295.588
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	264.867	167.951
Encargos de dívidas	18	8.747	6.735
Empréstimos e financiamentos	18	251.357	152.374
Debêntures	19	214.544	181.370
Impostos e contribuições sociais	20	87.432	68.751
Encargos setoriais	22	39.472	33.986
Obrigações estimadas		15.899	14.011

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023		(Em milhares de reais)	
	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas:			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	25	3.544.364	3.173.371
Outras receitas	27	2.030	5.993
Receitas relativas a construção de ativos próprios	25 e 28	336.529	281.407
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	26	(18.700)	(35.969)
(- Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		1.264.396	1.076.526
Materiais e serviços de terceiros		179.287	160.014
Outros custos operacionais		382.405	311.499
		1.826.088	1.548.039
Valor adicionado bruto		2.038.135	1.876.763
Amortização e depreciação	26	117.140	94.712
Valor adicionado líquido		1.920.995	1.782.051
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	28	128.275	131.570
		2.049.270	1.913.621
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		72.857	61.860
Benefícios		40.140	32.958
FGETS		8.169	6.104
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		510.564	429.109
Estaduais		535.727	630.818
Municipais		2.021	1.679
Obrigações intrasetoriais		239.754	193.309
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	28	200.575	201.640
Alugueis		1.673	1.187
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	24.4	183.387	200.035
Dividendos adicionais propostos	24.4	84.796	83.269
Reserva legal		21.889	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	24.4	69.904	71.653
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos		77.814	-
		2.049.270	1.913.621

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Declaração de conformidade: A Energia Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "EPB"), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 29 de janeiro de 2010. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energia S/A e possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Sua área de concessão abrange todo o Estado da Paraíba, atendendo a 1.814.743 consumidores em 222 municípios.

1.2. Agrupamento de áreas de concessão: Em 13 de setembro de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.687, autorizou o agrupamento das áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 019/2001-ANEEL da Energia Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. e nº 08/2000-ANEEL da Energia Borborema - Distribuidora de Energia S.A. Para tanto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2023 foi aprovado: (i) incorporação pela Energia Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. da empresa Energia Borborema (EBO) - Distribuidora de Energia S.A.; (ii) em decorrência das incorporações do acervo líquido positivo da EBO, aumento de capital na Companhia no valor total de R\$171.624, mediante a emissão de 129.329 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas da Energia Borborema - Distribuidora de Energia S.A. A ANEEL, através do Despacho 2.673, de 3 de agosto de 2023, considerou atendida a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº12.687, de 13 de setembro de 2022. Em 09 de agosto de 2023, foi assinado o 5º Termo Aditivo do contrato de concessão da EPB, formalizando o agrupamento das áreas de concessão da EPB e EBO. A operação tem por finalidade, o atendimento da regulamentação vigente, obtenção de sinergia para melhorar os serviços prestados aos consumidores por meio da integração dos sistemas utilizados e está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo Energia, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira, conferindo maior eficiência gerencial e organizacional às áreas de concessão. Após a unificação, a EPB passou a atender 1.794 mil clientes em uma área de cobertura de pouco mais de 56.467 mil km², que envolve 222 municípios no estado da Paraíba. Para tanto, a Concessionária permanecerá com 2.713 mil colaboradores. (Informações fora do escopo dos auditores independentes). Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido da empresa Energia Borborema - Distribuidora de Energia S/A foi avaliado na data base de 31 de março de 2023, com base no valor contábil, pelo montante de R\$171.624, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	Valor
Caixa e equivalente de caixa	30.027
Aplicações financeiras	17.147
Consumidores e concessionárias	47.692
Estoques	1.182
Tributos a recuperar	8.614
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	60.612
Despesas Antecipadas	769
Ativos financeiros setoriais	26.802
Cauções e depósitos vinculados	5.412
Ativo financeiro indenizável da concessão	130.964
Instrumentos financeiros derivativos	4.571
Outros créditos	14.702
Investimentos	103
Imobilizado	1.102
Intangível - contrato de concessão	63.762
Intangível - direito de uso	168
Intangível - software	4.207
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	8.769
Fornecedores	23.426
Dividendos a pagar	7.906
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	78.690
Debêntures	18.314
Impostos e contribuições sociais	13.892
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	57.183
Passivos financeiros setoriais	32.511
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	1.100
Instrumentos financeiros derivativos	7.609
Contribuição Iluminação Pública	3.291
Benefício pós emprego	143
Arrendamentos Operacionais	187
Encargos setoriais	4.618
Outras contas a pagar	6.111
Acervo líquido	171.624

Os saldos de valores a receber e a pagar entre empresas foram eliminados no processo de incorporação.

1.3. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica: Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energia Paraíba a concessão para a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 14 de janeiro de 2031. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo exercício, a critério do poder concedente, conforme Lei nº 12.783/2013. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito de reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 25, respectivamente. **1.4 Capital Circulante Líquido negativos:** A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo no montante de R\$178.549 (R\$40.179 positivo em 2022). A Administração, vem implementando ações objetivando reduzir custos operacionais, principalmente o de combate a perdas de energia, redução da inadimplência, manutenções e investimentos necessários nas linhas, redes e substâncias, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Considera também, que para manter o ritmo de melhorias e a evolução econômica às necessidades de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora Energia S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As práticas contábeis e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão (ativo de contrato); V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível; VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais; VIII. Nota explicativa nº 26 - Custo e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda); IX. Nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós emprego.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa -** não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como o equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração -** são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023		(Em milhares de reais)							
Nota	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Total
		Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros		
	576.055	2.457	94.078	3.290	78.739	-	270.783	(81.105)	1.091.898
Saldos em 01 janeiro de 2022									
Pagamentos de dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(81.105)
Reserva Incentivo fiscal-reinvestimento	24.2	-	-	10.386	-	-	-	-	10.386
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	377	-	-	-	-	377
Lucro líquido do exercício									
Proposta de destinação do lucro líquido:									
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	24.4	-	-	-	-	-	71.653	-	(71.653)
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(200.035)	(200.035)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	83.269	-	(83.269)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos									
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	9.518
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(9.518)
Saldos em 31 dezembro de 2022		576.055	2.457	94.078	14.053	78.739	342.436	83.269	(8.236)
Aumentos de Capital por incorporação cont. AGE 30/04/2023	24.1	171.624	-	-	-	-	-	-	171.624
Pagamentos de dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	(83.269)	(83.269)
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	-	1.099	-	-	-	1.099
Lucro líquido do exercício									
Proposta de destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	24.3	-	-	-	-	21.889	-	-	(21.889)
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	24.4	-	-	-	-	-	69.904	-	(69.904)
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(183.387)
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(77.814)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	84.796	-	(84.796)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos									
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	4.229
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(4.229)
Saldos em 31 dezembro de 2023		747.679	2.457	94.078	15.152	100.628	412.340	84.796	(5.535)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de Juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Qualquer ganho ou perda no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de Juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de Juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variável; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa e outros específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: - Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 23; - Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 31. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração -** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos o caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente -** a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratuais que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas e custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simult

sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Conforme orientações do ICPIC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia; **p. Incentivos fiscais SUDENE e de reinvestimentos** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de Lucros - Reservas de incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (nota explicativa nº 12); **q. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **r. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **s. Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os dividendos e juros sobre capital próprio atribuídos aos diversos foram declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituir uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **t. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPIC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras; **v. Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido; **v. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **w. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em demonstrações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TGO9/CPIC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. NOVOS pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em/ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) **Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em/ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 222 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1. Caixa e equivalente de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída por compromissada. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2023 equivale a 8,20% do CDI.

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	60.501	45.256
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Commissada	16.651	-
Total caixa e equivalentes de caixa	77.152	45.256

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, letra financeira, nota do tesouro nacional, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 97,4% (101,7% do CDI em 2022).

	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário CDB	1.322	1.201
Fundo de Investimento	9.943	18.622
Fundos de investimentos exclusivos:		
Certificado de Depósito Bancário CDB	1.143	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.375	3.663
Compromissadas	23.567	3.079
Fundo Multimercado	228	2.175
Fundo de Renda Fixa	195.226	146.519
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	10.013	10.936
Letra Financeira (LFPN)	-	236
Letra Financeira (LF)	20.027	12.829
Nota de Crédito (NC)	358	-
Letra Financeira (LFS)	102	-
Letra Financeira (LTN)	-	164
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	4.310	3.676
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	89	228

Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante

	267.703	203.328
--	---------	---------

(1) **Fundos de Investimentos** - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% a 105,5% e média ponderada 45,5% (31,4% a 112,1% e média ponderada 71,1% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. (2) **Fundo de investimentos exclusivos** - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LFPN, NC, LFS, LF, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas a 101,6% do CDI Fundo BB Energia, 103,5% (108,1% em 2022) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, e 98,6% (117,3% em 2022) do CDI Fundo Zona da Mata, 85,1% (138,0% em 2022) do CDI Fundo MAG Zona da Mata e 98,1% (127,8% em 2022) do CDI Fundo Cataguases; (3) Inclui R\$57.266 (R\$52.241 em 2022) referente a bloqueios judiciais, Garantia de materiais (RED) e outros, conforme segue:

	2023	2022
Bloqueio Judicial	2.012	1.551
Garantia Judicial	754	690
Total	2.766	2.241

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total					
	Até 60 dias	de 60 dias a 90	de 90 a 180	181 a Há mais de 360 dias						
	2023	2022	2023	2022						
Valores correntes:										
Residencial	69.996	-	54.465	6.611	921	977	(10.160)	122.810	99.704	
Industrial	6.985	-	2.089	200	408	6.513	(6.518)	9.677	8.872	
Comercial	28.902	-	9.841	911	983	5.210	(6.287)	39.560	33.262	
Rural	9.847	-	6.344	959	1.408	1.100	(1.133)	18.525	16.829	
Poder público	18.493	-	690	18	10	205	(211)	19.205	16.455	
Iluminação pública	9.739	-	358	116	230	5.301	(5.302)	10.442	10.131	
Serviço público	6.672	-	85	69	64	609	(609)	6.890	10.086	
Fornecimento não faturado	132.082	-	-	-	-	-	-	(884)	131.198	105.122
Arrecadação Processo Classificação	(515)	-	-	-	-	-	-	-	(515)	(272)
Valores renegociados:										
Residencial	5.030	28.977	3.144	1.439	1.465	15.023	(26.052)	29.026	29.005	
Industrial	492	3.758	631	79	230	6.776	(7.787)	4.179	2.593	
Comercial	1.505	12.829	1.056	592	938	8.912	(15.171)	10.661	7.990	
Rural	1.016	6.385	545	277	386	1.890	(4.223)	6.272	6.737	
Poder público	852	18.401	489	-	3	380	(385)	19.744	19.689	
Iluminação pública	11.64	6.448	215	-	2	16	(18)	7.827	13.141	
Serviço público	73	429	-	-	-	113	(113)	502	579	
(-) Ajuste a valor presente	(198)	(14.595)	-	-	-	-	-	(14.793)	(16.430)	
Subtotal - clientes	292.135	62.632	79.952	11.271	7.048	53.025	(84.853)	421.210	363.313	
Suprimento de Energia a concessionária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Moeda Nacional	83	-	-	-	-	5	-	83	376	

Totais	5.827	-	-	-	-	44.342	(392)	49.777	37.773
Total	298.045	62.632	79.952	11.271	7.048	97.367	(85.245)	471.070	401.462
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	389.394	333.192
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	81.676	68.270

(1) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD): constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. Seguem as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

	2023	2022
Saldos em 2022 a 2021	79.418	72.908
Saldo empresa incorporada	7.107	-
Provisões, deduções de reversões, constituídas no exercício	18.700	35.969
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(19.955)	(29.459)
Saldos em 2023 a 2022	85.270	79.418
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	85.245	79.410
Outros créditos - nota explicativa nº 10	25	8
Total	85.270	79.418

(2) Ajuste a valor presente: - calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado. **(3) Suprimento de energia a concessionária:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	2023	2022
Composição do saldo da CCEE	83	376
Créditos a vencer	83	376
Subtotal créditos CCEE	83	376
(-) Aquisições de energia na CCEE	(14.204)	(10.655)
(-) Encargos de serviços do sistema	(9.263)	(319)
Total débitos CCEE	(23.384)	(10.598)

(4) Nota explicativa nº 17

(5) Outros: inclui serviços taxados, ICMS originado da geração distribuída e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$25.841 (R\$20.583 em 2022) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD que se encontra suspenso por liminares. Em contrapartida tem contabilizado em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	54.430	46.717
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	77.450	43.865
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	12.857	4.085
Contribuição do PIS e COFINS	12.602	9.383
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS	286.795	337.151
Outros	229	194
Total	444.364	441.395
Circulante	256.298	197.805
Não circulante	188.066	243.590

(6) Valores correspondem a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins em que o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, como também consolidou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo e o destacado nos documentos fiscais. A Companhia contabilizou os valores oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$29.286 (R\$31.997 de 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A Companhia ingressou com pedido de habilitação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de maio de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, que serão recuperados através de compensação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas no mês de maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$140.254 (R\$108.675 em 2022). Incluído o valor de R\$60.612 da EBO, incorporada em 30 de abril de 2023.

8. REAJUSTES, REVISÕES TARIFÁRIAS E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Requerimento de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão. As concessionárias de distribuição de energia elétrica também podem solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **8.1. Reajuste Tarifário Anual:** Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. Em 22 de agosto de 2023, através da Resolução Homologatória nº 3.250, e Nota Técnica nº 82/2023-SGT/ANEEL, aprovo o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 28 de agosto de 2023. O impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da EPB na Paraíba foi uma redução de -1,46%; já em Borborema o impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 12,83%. **8.2. Revisão Tarifária Periódica:** A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

	Recita Operacional				Crédito	Recebimentos/pagamentos		Saldo de EBO	Saldos em 2023
	2022	Adição	Amortização	Remuneração		Pis/Cofins	Bandeiras tarifárias		
Itens da Parcela A									
Energia elétrica comprada para revenda	(74.398)	(40.362)	55.753	(8.794)	-	(5.477)	-	(9.054)	(82.332)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	20.877	22.483	(15.964)	3.014	-	-	-	4.414	34.824
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFPA	9.244	(6.067)	(6.932)	(331)	-	-	-	(319)	(4.405)
Encargo de serviços de sistema ESS	49.115	22.507	(64.369)	1.580	-	(6.915)	-	(5.947)	(4.029)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	25.567	9.173	(26.679)	1.092	-	-	-	2.708	11.861
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT	(312)	312	-						

	Sigla	Ramo de atividade
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
Multi Energisa Serviços S/A	MULTI ENERGISA	Serviços
Rede Power do Brasil S/A	REDE POWER	Holding
QMRA Participações	QMRA	Holding
Companhia Técnica e Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
Controladas diretas da Aisol Energias Renováveis S/A		
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLAWSOLAR	Geração de energia distribuída
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Gemini Energia S/A		
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
Linhas de Itacalinas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Energia Soluções S/A		
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A		
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem

Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural	Disponibilização do sistema de transmissão de energia		Comissão aval e debêntures - outras despesas financeiras		Saldo a pagar e debêntures - outras contas a pagar		Saldo a receber e debêntures - Disponibilização do sistema de transmissão	
			Serviços contratados (Despesas)	Compar-tilha-mento (Receita/Despe-sa)	Saldo a pagar	Receber	Saldo a receber	Receber		
ESA ⁽¹⁾	(49.304)	(3.246)	-	(34.172)	(9.704)	(344.629)	-	-	-	-
MULTI ⁽²⁾	(5.894)	-	-	-	(869)	-	-	-	-	-
ESE	-	2.855	-	-	410	-	-	-	-	-
ECOM	-	(97)	-	-	(12)	-	-	-	-	-
ETO	-	10.657	-	-	1.100	-	-	-	-	-
EMT	-	23.950	-	-	2.471	-	-	-	-	-
EMS	-	8.278	-	-	864	-	-	-	-	-
ESS	-	3.926	-	-	404	-	-	-	-	-
EAC	-	2.359	-	-	240	-	-	-	-	-
ERO	-	5.943	-	-	592	-	-	-	-	-
EMR	-	166	-	-	(1)	-	-	-	-	-
ESOL ⁽⁴⁾	(3.222)	-	-	-	(583)	-	-	-	-	-
EGO ⁽⁵⁾	-	100	(266)	-	15	-	-	-	-	-
EPA ⁽⁶⁾	-	127	(248)	-	18	-	-	-	-	-
EPA II ⁽⁶⁾	-	64	(194)	-	9	-	-	-	-	-
ETT ⁽⁶⁾	-	18	(379)	-	3	-	-	-	-	-
EAM ⁽⁶⁾	-	3	(42)	-	-	-	-	-	-	-
EPT ⁽⁶⁾	-	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-
LMTE ⁽⁶⁾	-	-	(759)	-	-	(22)	-	-	-	-
LXTE ⁽⁶⁾	-	-	(879)	-	-	(25)	-	-	-	-
LTTE ⁽⁶⁾	-	-	(298)	-	-	(8)	-	-	-	-
RGCS-RP1 ⁽⁷⁾	-	-	2.017	-	-	-	-	-	-	-
RGCS-RP2 ⁽⁷⁾	-	-	2.010	-	-	-	-	-	-	-
2023	(58.420)	55.103	947	(34.172)	(5.043)	(344.629)	(55)	(67)	(58.420)	55.103
2022	(54.954)	58.567	939	(37.552)	2.026	(171.431)	(67)	(67)	(54.954)	58.567

⁽¹⁾ Contrato de Compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

⁽²⁾ Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual. **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de informática de licenciamento de softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$92.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) serviços de infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e contingência; (ii) serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) licenciamento e manutenção sistemas ERP; (vi) serviço de implantação de sistemas e (vii) prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022. ⁽³⁾ Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a T1 e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. ⁽⁴⁾ Refere-se a transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, substestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. ⁽⁵⁾ Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato e com vencimento em 2025. ⁽⁶⁾ A Companhia efetuou a 2ª, 3ª, 9ª, 10ª e 12ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº19. Inclui a 5ª emissão da EBO, incorporada em 30 de abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado é de R\$343.924 (R\$R\$170.813 em 2022). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 monta em R\$705 (R\$618 em 2022). ⁽⁷⁾ Refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

Remuneração dos administradores	2023	2022
Remuneração Anual ⁽¹⁾	5.989	6.594
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	610	465
Remuneração da Diretoria	2.409	1.864
Outros Benefícios ⁽²⁾	2.644	2.276

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2023.

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2023, foram de R\$75 e R\$5 (51 e R\$3 em 2022), respectivamente. A remuneração média em 2023 foi de R\$28 (R\$19 em 2022). **Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP) (ILP):** Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual considerado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (units) em andamento: (1) 4º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026. O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa. O 6º Programa de Performance Shares é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa. O 6º Programa de Restricted Shares (Matching) é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa ILP ⁽¹⁾	3º programa ILP ⁽¹⁾	4º programa ILP	5º programa ILP	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)
						Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	24.889	27.608	31.267	52.043	22.622	22.622
Opções de ações prescritas	3.930	3.454	4.654	8.361	-	-
Data aprovação do Conselho de Administração	09 de maio de 2019	fevereiro de 2021	13 de maio de 2021	12 de maio de 2022	27 de setembro de 2023	27 de setembro de 2023
Data início vesting	10 de maio de 2019	dezembro de 2020	14 de maio de 2021	13 de maio de 2022	11 de dezembro de 2023	30 de outubro de 2023
Prazo de carência	3 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos e 5 meses	3 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,7%	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DIF2022	DIF2023	DJ2024	DJ2025	N/A	N/A
Volatilidade ⁽²⁾	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$ 54,97	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 37,90	R\$ 48,40	R\$ 48,40

Movimentação Liquidado Liquidado Em operação Em operação Em operação
⁽¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos e em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$835 representativo de 18.993 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário. ⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (Total Shareholder Return TSR) foram caracterizadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa. Devido as particularidades específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPIC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. No exercício de 2023, foram reconhecidos R\$1.099 (R\$770 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2023 em R\$4.299 (R\$3.200 em 2022).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativo - Diferenças temporárias
 Imposto de renda
 Contribuição social sobre o lucro
Total - não circulante
Passivo - Diferenças Temporárias
 Imposto de renda
 Contribuição social
Total - não circulantes
Total líquido - passivo não circulante
 A natureza dos créditos são como segue:

	2023	2022
Créditos fiscais - ágio ⁽¹⁾	99.209	88.508
Provisão ajuste atuarial	94.870	30.093
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPFC/CD	85.270	79.418
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	16.774	8.072
Ajuste a valor presente	14.793	5.586
Marcação a mercado da dívida	11.324	9.953
Outras provisões (honorários e outras)	29.424	32.380
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(361.921)	(292.180)
Marcação a mercado - derivativo	(68.770)	(13.105)
Outras exclusões temporárias	(29.218)	(1.698)
Total - passivo não circulante	(108.245)	(3.303)

⁽¹⁾ Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, pelo método linear, vide nota explicativa 24.2. A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	11.633
2025	13.588
2026	15.436
2027	15.185
2028	15.235
2029 e 2030	32.711
2031	17.419
Total	121.207

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2023	2022
Alíquota efetiva	34%	34%
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	503.395	413.463
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(171.358)	(140.577)
Ajustes:		
Incentivos Fiscais - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDENE) ⁽¹⁾	68.313	67.642
Incentivos Fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	4.978	7.669
Incentivos Fiscais - Depósito para Reinvestimento (SUDENE)	1.591	4.011
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social Resultante do JCP	26.457	-
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc.) ⁽³⁾	3.814	2.749
Imposto de renda e contribuição social	(66.205)	(58.506)
Alíquota efetiva	13,14%	14,15%

⁽¹⁾ Em maio de 2020, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o exercício de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029, através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020 - Ofício 1150/2020 (SUDENE), emitido em 25 de maio de 2020. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE apurados em 2022 e 2021, foram registrados diretamente na demonstração de resultado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Ademais, em virtude da incorporação da Energisa Borborema pela sociedade Energisa Paraíba, ocorrida em 30/04/2023, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, através da Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em sessão realizada em 21/12/2023, aprovou

	Saldos em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Transferências	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 2023
Ativo contratual - infraestrutura em construção							
Em construção	129.884	10.875	350.926	(143.855)	(188.094)	159.736	
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão							
Em construção	22.485	2.106	20.072	(9.562)	(7.091)	28.010	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	107.399	8.769	330.854	(134.293)	(181.003)	131.726	

	Saldos em 2021	Adição	Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	74.821	304.578	(88.539)	(160.976)	129.884
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	20.584	16.777	(4.965)	(9.911)	22.485
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	54.237	287.801	(83.574)	(151.065)	107.399

⁽¹⁾ O montante de R\$134.293 (R\$83.574 em 2022) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão. ⁽²⁾ O montante de R\$181.003 (R\$151.065 em 2022) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

15. IMOBILIZADO

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em serviço								
Custo								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	4.615	-	-	1.771	-	-	6.386
Máquinas e equipamentos	13,97%	32.300	3.618	-	6.598	(6)	-	42.510
Veículos	14,29%	204	115	-	1.610	-	-	1.929
Móveis e utensílios	6,25%	14.120	510	-	338	-	-	14.968
Total do imobilizado em serviço								

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em			Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
	2022	Incorporação	Captação						
Mensuradas ao custo amortizado									
Moeda Nacional									
Pós Fixado									
INPC	98.408	-	-	(7.221)	(4.901)	9.244	-	-	95.530
IPCA	165.000	-	-	(14.018)	(8.077)	15.672	-	-	158.577
CDI	137.889	20.850	50.000	(20.000)	(24.723)	23.462	-	-	187.478
(-) Custo com captação	(18)	(13)	-	-	-	90	(298)	-	(239)
Total do custo amortizado	401.279	20.837	50.000	(41.239)	(37.701)	48.468	(298)	-	441.346
Mensuradas ao valor justo									
Moeda Estrangeira									
Dólar	-	59.975	163.125	-	(5.604)	(3.172)	-	-	214.324
Marcação a mercado	-	(2.122)	-	-	-	-	-	1.323	(799)
Total ao valor justo	-	57.853	163.125	-	(5.604)	(3.172)	-	1.323	213.525
Total	401.279	78.690	213.125	(41.239)	(43.305)	45.296	(298)	1.323	654.871
Circulante	159.109	-	-	-	-	-	-	-	260.104
Não circulante	242.170	-	-	-	-	-	-	-	394.767

	Saldos em 2021			Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
	2021	Incorporação	Captação						
Mensuradas ao custo amortizado Moeda Nacional									
Pós Fixado									
INPC	98.527	-	-	6.751	(12.884)	(4.936)	-	-	98.408
IPCA	165.153	-	-	6.751	(10.205)	(8.335)	-	-	165.000
CDI	135.416	-	-	-	-	(15.685)	-	-	137.889
(-) Custos com captação	(21)	-	-	-	-	-	-	-	(18)
Total ao custo amortizado	399.075	6.751	-	(23.089)	(28.956)	-	-	-	401.279
Circulante	19.213	-	-	-	-	-	-	-	159.109
Não circulante	379.862	-	-	-	-	-	-	-	242.170

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa/Operação	Total		Encargos (a.a)	Pontos Swap Passiva (a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (%)	(Taxa efetiva de SWAP) (%)	Garantias (1)	Covenants (2)
	2023	2022								
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa Saldado	2.135	2.312	INPC + 5,28%	-	dez/29	Mensal a partir de jan/21	8,99%	-	A	NA
CCB Bradesco 24032020	137.402	137.889	CDI + 1,67%	-	mar/24	Final	14,90%	-	A	2
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A	101.113	110.128	IPCA + 1,83% + 3,23%	-	abr/31	a partir de abr/22 a.m.	9,68%	-	A + R	2
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B	57.464	54.872	IPCA + 1,83% + 3,23%	-	dez/34	a partir de fev/31 a.m.	9,68%	13,40%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	23.013	23.770	INPC + 5,28%	-	jun/33	a partir de jan/21 a.m.	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	68.883	70.662	INPC + 5,28%	-	nov/33	a partir de jan/21 a.m.	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	1.499	1.537	INPC + 5,28%	-	nov/33	a partir de jan/21 a.m.	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	50.076	127	INPC + 5,11%	-	mai/34	a partir de fev/22 a.m.	8,02%	-	A	NA
1ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	(239)	(18)	CDI + 1,80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	441.346	401.279	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	45.876	-	USD 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	(2,18%)	14,70%	A	2
BAML - LOAN 24032023 (3)	38.277	-	USD + 1,52%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	(5,69%)	14,80%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 17062021 (3 e 4)	18.997	-	USD + 5,36353%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	(1,5%)	14,72%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 09032023 (3 e 4)	61.272	-	SOFR + 0,84%	CDI + 1,55%	out/24	Final	-0,82%	14,70%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 63408 (3)	49.902	-	SOFR + 0,86%	CDI + 1,70%	ago/25	Final	-0,80%	14,85%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 64064 (3)	(799)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (4)	213.525	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	654.871	401.279	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) A = Aval Energisa S.A. e R = Recebíveis; (2) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis.

Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida/EBITDA Ajustado (1)	Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual
(*)EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios		
O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas; (3) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 31); (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 31); (5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 31. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. (6) Contratos de financiamento incorporados da Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A em 01/04/2023; (7) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa		

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em			Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
	2022	Incorporação	Captação						
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixados									
CDI	338.878	-	-	(108.978)	(43.115)	36.656	-	-	223.441
IPCA	412.304	18.663	145.000	(59.138)	(22.411)	41.501	-	-	535.919
(-) Custo com captação	(5.661)	(349)	-	-	-	1.383	(4.416)	-	(9.043)
Marcação a mercado	(9.953)	-	-	-	-	-	-	22.076	12.123
Total do custo amortizado	735.568	18.314	145.000	(168.116)	(65.526)	79.540	(4.416)	22.076	762.440
Circulante	181.370	-	-	-	-	-	-	-	214.544
Não circulante	554.198	-	-	-	-	-	-	-	547.896

	Saldos em			Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
	2021	Incorporação	Captação						
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado									
CDI	382.229	-	-	(47.387)	(45.197)	49.233	-	-	338.878
IPCA	360.676	63.000	-	(35.358)	(20.199)	44.185	-	-	412.304
(-) Custos com captação	(4.939)	-	-	-	-	1.514	(2.236)	-	(5.661)
Marcação a mercado	177	-	-	-	-	-	-	(10.130)	(9.953)
Total ao custo amortizado	738.143	63.000	(82.745)	(65.396)	(65.396)	94.932	(2.236)	(10.130)	735.568
Circulante	92.885	-	-	-	-	-	-	-	181.370
Não circulante	645.258	-	-	-	-	-	-	-	554.198

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Nº de Títulos emitidos/circulação	Rendimentos	Encargos Swap Ponta Passiva (a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	(Taxa efetiva de SWAP) (4)	Garantias (1)	Covenants (2)	
	2023	2022										
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	19.576	18.717	15/06/2017	13618/13618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	jun/24	Final	10,28%	13,50%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	3.030	2.898	15/10/2017	2169/2169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	5.643	5.395	15/10/2017	4035/4035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA
Debêntures 5ª Emissão	121.055	173.645	15/09/2018	135000/135000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	set/25	Final	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	72.442	72.543	10/06/2019	72000/72000	CDI + 0,73%	-	jun/24	Final	13,88%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	48.297	48.365	10/06/2019	48000/48000	CDI + 0,83%	-	jun/26	Final	13,98%	-	A	1
Debêntures 7ª Emissão	-	63.190	15/02/2020	60000/60000	CDI + 0,95%	-	jan/23	Final	14,10%	-	A	1
Debêntures 8ª Emissão	102.702	154.780	25/08/2020	146933/146933	CDI + 2,30%	-	ago/25	Final	15,45%	-	A	2
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série (2)	2.162	-	11/10/2020	1720/1720	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	1
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série (2)	16.701	-	11/10/2020	1328/1328	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	out/30	Final	9,09%	14,95%	SG	1
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série (2)	10.081	9.641	11/10/2020	8020/8020	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série (2)	77.944	74.548	11/10/2020	61980/61980	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	out/30	Final	9,09%	14,95%	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão	62.370	59.614	15/01/2021	54634/54634	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	out/31	Final	10,71%	14,08%	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão	70.940	67.846	15/01/2022	63.000/63.000	IPCA + 6,01%	CDI + 0,755%	jan/30	Final	10,63%	13,91%	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	20.177	-	13/09/2023	19.988/19.988	IPCA + 6,17%	-	set/30	Final	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão 2ª Série	126.240	-	13/09/2023	125.012/125.012	IPCA + 6,45%	-	set/33	Final	11,07%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	(9.043)	(5.661)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida	12.123	(9.953)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	762.440	735.568	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) A = Aval Energisa S.A. e SG = Sem Garantia. (2) Debêntures incorporadas da Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A em 01/04/2023. (3) Condições de covenants. (4) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 31.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
(1) Menor ou igual a:		
4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020		Trimestral e Anual
(2) Menor ou igual a:		
4,25x até o vencimento, para demais emissões		

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 31). Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** Em 2023 as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023	2022
2025	109.219	-

	2023		2022	
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁾
Receita Bruta				
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	55.849	-	56.531
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	97.989	-	(79.860)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	258.889	-	214.353
Outras receitas operacionais	-	36.413	-	32.971
Total - receita operacional bruta	1.814.743	4.546.972	3.877.146	1.538.682
Deduções da receita operacional				
ICMS	-	535.387	-	629.158
PIS	-	48.524	-	41.225
COFINS	-	223.504	-	189.884
ISS	-	1.652	-	1.458
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	9.807	-	8.249
Conta do consumidor - PROCEL	-	2.452	-	2.062
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	211.984	-	169.543
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	4.760	-	4.125
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	4.760	-	4.125
Ministério das Minas e Energia - MME	-	2.380	-	2.062
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	3.612	-	3.143
Total - deduções da receita operacional		1.048.822		1.055.034
Total - receita operacional líquida	1.814.743	4.546.972	2.828.324	1.538.682

(1) Não examinado pelos auditores independentes. (2) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela CPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço		Custo do serviço	
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	2023
Energia elétrica comprada para revenda	1.122.225	-	-	1.122.225
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	279.721	-	-	279.721
Pessoal e administradores	104.443	-	36.135	140.578
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	1.099	1.099
Benefícios pós emprego	11.656	-	(8.542)	3.114
Materiais	24.351	60	5.315	29.726
Serviços de terceiros	66.899	-	84.758	151.657
Depreciação e amortização (*)	104.600	-	12.540	117.140
Inclusão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	18.700	-	18.700
Provisão (Reversão) de provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	-	-	8.177	8.177
Custo de construção da infraestrutura	-	332.782	-	332.782
Outras	5.388	8	18.105	23.501
Total	1.401.946	336.037	332.850	157.587

(*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$2.225 (R\$1.710 em 2022).

Energia elétrica comprada para revenda

	2023		2022	
	MWh ⁽¹⁾	R\$	MWh ⁽¹⁾	R\$
Energia de leilão	3.735.005	3.270.323	801.768	676.566
Energia bilateral	-	38.484	-	16.237
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	180.316	147.281	59.647	50.497
Energia de curto prazo - CCEE	403.032	25.404	53.504	45.413
Costs Garantia Física-Resolução Homologatória nº 1410/2013	1.003.475	1.123.089	155.252	150.934
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	99.169	89.916	53.658	56.367
Energia de reserva - ERR	-	-	109.525	63.446
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(111.129)	(96.902)
Total	5.420.997	4.694.497	1.122.225	962.558

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

27. OUTROS RESULTADOS

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas:				
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos		2.030		4.843
Outros		-		1.150
		2.030		5.993
Outras despesas:				
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos		(14.114)		(12.167)
Outras		(9.307)		(1.086)
		(23.421)		(13.253)
Total		(21.391)		(7.260)

28. RECEITAS DESPESAS FINANCEIRAS

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	31.669	34.877		
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	50.285	54.512		
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	5.005		
Juros Selic s/impostos a recuperar	10.177	1.070		
Tributos s/receitas financeiras - PIS/COFINS	(5.965)	(6.118)		
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	29.286	31.997		
Outras	6.858	4.109		
Total receitas financeiras	122.310	125.452		
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - juros	(104.971)	(103.777)		
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(19.865)	(38.653)		
(-) Transferência para ordens em curso	3.747	3.069		
Ajuste a valor presente - AVP	3.506	(4.415)		
Marcação a mercado da dívida	(23.399)	10.130		
Marcação a mercado de derivativos	34.393	(11.992)		
Instrumentos financeiros derivativos	(30.593)	(1.241)		
Atualização de contingência	1.199	(646)		
Despesas Bancárias/IOF	(3.174)	(1.891)		
Comissão de aval	(14.195)	(12.484)		
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(12.593)	(2.212)		
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	(24.934)	(32.876)		
Outras	(5.949)	(1.583)		
Total despesas financeiras	(196.828)	(198.571)		
Despesas financeiras líquidas	(74.518)	(73.119)		

29. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	437.790	354.957		
Média ponderada do número de ações ordinárias	1.015	918		
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$ ⁽¹⁾	431,32	386,66		

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, considerando suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos de Seguro	Data de Vencimento	Importância Segurada	Total Prêmio 2023	2022
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	25/08/2024	30.000	150	137
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.377	670
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	551	417
Auto - Frota	23/10/2024	Até R\$ 1.110/veículo	181	134
Vida em Grupo e Acidentes pessoais	31/01/2026	166.065	503	428
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2025	75.000	41	36
Transporte nacional	04/04/2024	Até R\$ 5.000/veículo	17	11
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2025	1.061/drone	1	3
			2.821	1.836

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: - Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de 2023 é de R\$55.849 (R\$56.531 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 12. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	2023		2022	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa		77.152	45.256	45.256
Consumidores e concessionárias		471.070	471.070	401.462
		548.222	548.222	446.718

PASSIVO	2023		2022	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Custo amortizado				
Fornecedores		280.180	280.180	177.577
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.417.311	1.420.590	1.136.847
Arrendamentos operacionais		1.324	1.324	1.918
Passivos financeiros setoriais		323.473	323.473	190.146
		2.022.288	2.025.567	1.506.488

ATIVO	2023		2022	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa		77.152	45.256	45.256
Consumidores e concessionárias		471.070	471.070	401.462
		548.222	548.222	446.718

PASSIVO	2023		2022	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil
Custo amortizado				
Fornecedores		280.180	280.180	177.577
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.417.311	1.420.590	1.136.847
Arrendamentos operacionais		1.324	1.324	1.918
Passivos financeiros setoriais		323.473	323.473	190.146
		2.022.288	2.025.567	1.506.488

Valor justo por meio do resultado

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais aderidas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap (instrumento de hedge)" para troca de variação de juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de

risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R\$22.076 devedor (R\$10.130 devedor em 2022) e reconhecidos no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$1.323 devedor e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações; entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de Risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício são:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	1.417.311	1.136.847		
Caixa e equivalente de caixa	(77.152)	(45.256)		
Dívida líquida	1.340.159	1.091.591		
Patrimônio líquido	1.451.595	1.178.194		
Índice de endividamento líquido	0,92	0,93		

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente convertíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa. A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada						Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Fornecedores	264,867	-	-	-	-	15,313	280,180
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,64%	322,969	223,570	478,640	182,143	722,811	1.930,133
Instrumentos Financeiros Derivativos	(3,633)	(7,807)	(24,758)	2,352	(34,924)	(68,770)	
Total	584,203	215,763	453,882	184,495	703,200	2.141,543	

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema



	2023			2022		
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo						
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	59.735	47.034	106.769	65.291	44.957	110.248
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(3.398)	(277)	(3.675)	3.245	(760)	2.485
Retorno esperado dos ativos	6.553	5.337	11.890	6.354	4.449	10.803
Contribuições do empregador	8.669	397	9.066	8.914	375	9.289
Contribuições dos participantes	1.521	-	1.521	1.409	-	1.409
Benefícios pagos	(14.167)	(2.383)	(16.550)	(13.910)	(1.713)	(15.623)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	-	-	-	(11.568)	(274)	(11.842)
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	58.913	50.108	109.021	59.735	47.034	106.769

	2023			2022		
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação						
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	128.300	40.371	168.671	153.756	42.958	196.714
Custo do serviço corrente	8	-	8	14	-	14
Custo dos juros	14.488	4.566	19.054	15.244	4.248	19.492
Contribuições de participantes do plano	1.521	-	1.521	1.409	-	1.409
(Ganhos)/Perdas atuariais	(6.087)	1.073	(5.014)	(16.302)	(4.780)	(21.082)
Benefícios pagos	(14.167)	(2.383)	(16.550)	(13.910)	(1.713)	(15.623)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	-	-	-	(11.911)	(342)	(12.253)
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	124.063	43.627	167.690	128.300	40.371	168.671

	2023			2022		
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL
Posição Líquida dos planos						
Valor justo dos ativos	58.913	50.108	109.021	59.735	47.034	106.769
Valor presente das obrigações	(124.063)	(43.627)	(167.690)	(128.300)	(40.371)	(168.671)
Posição Líquida	(65.150)	6.481	(58.669)	(68.565)	6.663	(61.902)
Limite do Ativo	-	(6.481)	(6.481)	-	(6.663)	(6.663)
Déficit passível de reconhecimento	(65.150)	-	(65.150)	(68.565)	-	(68.565)

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Movimentação dos Saldos				
Posição líquida em 2022 e 2021			68.565	88.465
Efeito em ORA			(2.688)	(19.548)
Contribuição do empregador			(8.668)	(8.914)
Impacto decorrente de redução no plano de benefício (encurtamento/curtailment)			-	6.248
Transferência de Dívida entre Planos (BD-CD)			-	(6.591)
Efeito no resultado do exercício			7.941	8.905
Posição líquida em 2023 e 2022			65.150	68.565

	2024	
	2024	2023
Custo do Serviço Corrente	5	5
Custo dos juros	12.112	12.112
Retorno dos Ativos do Plano	(5.610)	(5.610)
Total da despesa a ser reconhecida	6.507	6.507

	FUNASA PO		FUNASA SALDADO	
	2023	2022	2023	2022
Ativos do plano:				
Títulos públicos	66,93%	57,51%	61,93%	54,64%
Fundos de investimentos em renda fixa	19,42%	29,62%	37,95%	45,18%
Fundos de investimentos	11,31%	-	-	-
Operações com participantes	0,30%	0,53%	0,11%	0,18%
Outros	2,04%	12,24%	0,01%	-
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Análise de sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	FUNASA PO	FUNASA SALDADO
	2023	2022
Valor presente das obrigações Atuariais real	124.061	128.300
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,50% (0,25% em 2022)	130.265	131.361
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,50% (0,25% em 2022)	108.118	114.408

32.4. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento: Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. • Pré pagamento: As

contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). Em 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$8.541 (R\$6.692 em 2022). Inclui R\$343 (R\$90 em 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2023	2022
Valor presente das Obrigações no início do exercício	7.834	3.715
Custo do serviço corrente	343	90
Custo dos Juros	1.060	373
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(4.956)	3.656
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	4.281	7.834
Circulante	600	1.248
Não circulante	3.681	6.586

	2024
Custo do serviço corrente	173
Custo dos Juros	427
Total da despesa a ser reconhecida	600

	2023		2022	
	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
Principais hipóteses atuariais utilizadas:				
Taxa Real de desconto da obrigação atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%
Expectativa real de inflação futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%
Taxa de crescimento de benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de crescimento de custos médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de rotatividade	11,50%	11,50%	7,50%	7,50%
Permanência no plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

	2023		2022	
	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Tábuas de mortalidade	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábuas de invalidez	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário

Método de financiamento

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia ⁽¹⁾			
	2024	2025	2026	2027
2023 a 2053	951.313	892.801	861.958	820.832
Após 2027				12.462.199

(1) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proimfa e Itaipua. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de 31 de dezembro de 2023, homologados pela ANEEL.

34. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: 1. Nas Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia. 2. Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaborados estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAM - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, com também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais. São instaladas nas subestações proteção para evitar o contato ambiental de animais e consequentemente sua morte. 3. Na operacionalização do Sistema de Gestão Integrado: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais. 4. Na realização de padronização de procedimentos operacionais, instruções técnicas e normas de distribuição e transmissão unificadas, englobando todas as atividades da Gerência Técnica Corporativa da Distribuição em consonância com o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança, com apoio da área de meio ambiente da Companhia. 5. Na realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de asfale e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais. 6. Na disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e

destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma o condicionamento e regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização de resíduos e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papas-lâmpada, pila e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinarmos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas. 7. No desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (Intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). 8. No Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte e instalação de proteção contra animais. 9. No projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização como também a realização de recuperação de APPs direcionado para o projeto Nascentes vivas em parceria com a SUDEMA. 10. No tocante a convênio firmamos acordo com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba. 11. Na contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida. 12. Na atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes. 13. Temos os Prédios de Guarabira que foi construído com critérios voltados para questão sustentável e o Núcleo Regional Oeste este recebeu o selo de Certificação Internacional LEED, em nível Prata, em face das técnicas, princípios e critérios de sustentabilidade adotados nas construções. No exercício de 2023, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$68.290 (R\$75.971 em 2022), sendo R\$61.935 (R\$70.789 em 2022) alocados no ativo intangível e R\$6.354 (R\$5.182 em 2022) em despesas operacionais. (*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como segue:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	181.003	151.065
Atividades operacionais	55.849	56.531
Pagamento de Fornecedores a prazo	42.119	17.690
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	42.119	17.690
Atividades de financiamento		
Emprestimos e Financiamentos - repactuação déficit atuarial	3.415	3.313
Incorporação - Energisa Borebore Distribuidora de Energia S/A		
Aplicações financeiras	17.147	-
Consumidores e concessionárias	47.692	-
Estoques	1.182	-
Tributos a recuperar	8.614	-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	60.612	-
Despesas Antecipadas	769	-
Ativos financeiros setoriais	26.802	-
Cauções e depósitos vinculados	5.412	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	130.964	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.571	-
Outros créditos	14.702	-
Investimentos	103	-
Imobilizado	1.102	-
Intangível - contrato de concessão	63.762	-
Intangível - direito de uso	168	-
Intangível - software	4.207	-
Ativo contábil - Infraestrutura em construção	8.769	-
Fornecedores	23.426	-
Dividendos a pagar	7.906	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	78.690	-
Debêntures	18.314	-
Impostos e contribuições sociais	13.892	-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	57.183	-
Passivos financeiros setoriais	32.511	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.100	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.609	-
Contribuição Iluminação Pública	3.291	-
Benefício pós emprego	143	-
Arendamentos Operacionais	187	-
Encargos setoriais	4.618	-
Outras contas a pagar	6.111	-

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

36.1 Aprovação de dividendos adicionais propostos: O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$84.796, equivalentes a R\$ 80,95123870513 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 12 de março de 2024.

Márcio Mario Zidan Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Jairo Kennedy Soares Perez Diretor Técnico e Comercial	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0* SP
---	--	---	---	--	--	--	---

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 12 de março de 2024.

Márcio Mario Zidan Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Jairo Kennedy Soares Perez Diretor Técnico e Comercial	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0* SP
---	--	---	---	--	--	--	---

Diretoria Executiva

Márcio Mario Zidan Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Jairo Kennedy Soares Perez Diretor Técnico e Comercial	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica
---	--	---	---	--	--	--

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho Presidente	Ricardo Perez Botelho Vice-Presidente	Marcelo Silveira da Rocha Conselheiro	Maurício Perez Botelho Suplente
--	---	---	---

Contador

</